

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15

16 17

18 19

20

2122

23

24 25

26 27

28 29

30

31

32 33

34 35

36

37

38

39

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ — CBH-BG



ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR ITAIPU-**PIRATININGA** - No dia 04 de junho de 2024, terça-feira às 14 horas, por videoconferência, com os seguintes itens de pauta: 1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação das Atas, dia 01/03/2023, 01/08/2023, 03/10/2023, 30/11/2023, 14/12/2023 e 06/02/2024; 3) Tópicos sugeridos pelo CLIP para a inclusão pelo CBH-BG no Plano de Bacia da nossa Região Hidrográfica; 4) Relato dos participantes no ECOB; 5) Proposta para a realização de oficina para atualização da estratégia do CLIP; 6) Aprovação de ofício elaborado pelo GT do CANAL de Itaipu, a ser encaminhado ao Comitê Baia da Guanabara referente ao texto constante no Edital de Licitação da Obra; 7) Auditoria Ambiental da Performance da Infraestrutura e Servico de esgotamento sanitário; 8) Informes Gerais. Iniciada a reunião, com quórum de segunda chamada, às 14h20min, em discussão 1) Aprovação da pauta: Katia Vallado destacou que a reunião foi convocada como extraordinária, porém na verdade trata-se de uma reunião ordinária. Em seguida, sugeriu aos membros que antecipassem a homologação da entrada da instituição AMAFREI, prevista para o item 8 da pauta. Ela justificou a antecipação mencionando a importância da presença do Felipe Queiroz para discutir a aprovação das atas. A sugestão foi aprovada por todos os presentes. 8) Informes Gerais: Sobre a homologação de entrada da instituição AMAFREI. Katia Vallado explicou brevemente a trajetória da instituição AMAFREI no Subcomitê CLIP, informando que será representada por Wanderley Abreu e Edson Lima. Em seguida, questionou aos membros se a entrada da AMAFREI estava homologada. Sem objecões, a entrada da instituição AMAFREI foi homologada na Plenária do Subcomitê CLIP. 4) Relato dos participantes no ECOB: Gustavo Sardenberg relatou as atividades apresentadas durante sua participação no ECOB e mencionou que a apresentação realizada no Museu do Amanhã está disponível para vizualização no Youtube. Paulo Bidegain explicou sobre as atividades de gestão de água, solo e microbacias executadas pelo CEIVAP. Também mencionou sobre o monitoramento conduzido pelo Comitê do Médio Paraíba, onde uma equipe contratada realiza medições com sensores, proporcionando leituras imediatas, algo que foi proposto anteriormente para a Lagoa Itaipu-Piratininga, mas nunca foi implementado. Paulo Bidegain mencionou que medições mensais fornecem informações "superficiais" e informou que deu um extenso depoimento sobre as origens do comitê de bacia, que em breve será disponibilizado em vídeo. Gustavo Sardenberg mencionou que um documentário está sendo elaborado pela Prefácio sobre a criação do Comitê, com entrevistas de diversos membros. Halphy Rodrigues reforçou os comentários de Paulo e Gustavo, acrescentando que as atividades foram gravadas e estão disponíveis no site do CBH-BG. Ele destacou que participou de muitos ECOBs ao longo dos anos, mas que o desse ano foi especialmente marcante, sendo organizado pelo Comitê da Baía de Guanabara. Além de apresentar muitas informações específicas do Baía de Guanabara, houve uma significativa troca de conhecimentos e contribuições entre os Comitês de bacia do estado do Rio de Janeiro. 2) Aprovação das Atas, dia 01/03/2023, 01/08/2023, 03/10/2023, 30/11/2023, 14/12/2023 e 06/02/2024: Katia Vallado informou que entre as atas a serem aprovadas, especialmente na

Subcomitê Lagunar Itaipu Piratininga - CLIP

Colégio Salesiano, Rua Santa Rosa, 207, Santa Rosa, Niterói, CEP 24240-225

Mail: clip.cbg@gmail.com Tel 9 9927 0673 Facebook: Clip Niteroi



41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51 52

53

54

55

56

57

58 59

60

61

62

63

64 65

66

67

68

69 70

71 72

73

74

75 76

77 78

79

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG



ata da reunião 65, ficou decidido que Felipe Queiroz revisaria as minutas. Ela guestionou se Felipe Queiroz lembrava dessa decisão. Além disso, na minuta da ata da reunião 65, Katia Vallado enviou trechos a Paulo e Ricardo que estavam bastante confusos, para revisão. Ela questionou se algum deles tinha comentários a fazer a respeito disso. Além do mais, notou que Katia Medeiros está listada como representante da CCRON, embora não faça parte da CCRON, e os encaminhamentos para a AGEVAP não foram realizados. Katia Vallado solicitou à Silvia que enviasse o mapa mencionado pelo Alan, Secretário de Meio Ambiente. Ricardo Voivodic pediu para incluir em sua fala, no item 1 da pauta da reunião, a seguinte redação: "Placas informativas sobre balneabilidade das lagunas instaladas pelo coletivo "Lagoa para Sempre", à revelia das instituições públicas, na área do PESET". Na linha 125 está escrito "no canal de Camboatá", porém, as placas foram instaladas no canal de Itaipu. Por fim, Katia Vallado solicitou aos membros que caso tenham alterações a serem feitas, que enviem à Secretaria Executiva, até a próxima semana. Halphy Rodrigues mencionou que se o Subcomitê registrar em ata que todas as minutas serão enviadas por e-mail para aprovação através de um fluxo de trabalho, isso se tornará válido a partir da próxima reunião, onde a aprovação será homologada. Katia Vallado perguntou aos membros se tinham alguma alteração ou correção para aplicar na Ata da 59^a reunião, destacando que precisa corrigir a seção de presenças, pois alguns membros da plenária do CLIP foram listados como convidados. Sobre a Ata da 60ª reunião, Katia Vallado observou que a numeração está incorreta. Gustavo Sardenberg sugeriu corrigir o nome de Luciano para "Luciano Paez", pois na ata consta como "Luciano Gagliard". Quanto à minuta da Ata da 62^a reunião, Paulo Bidegain solicitou que fosse revisada e corrigida para uma nova redação. 3) Tópicos sugeridos pelo CLIP para a inclusão pelo CBH-BG no Plano de Bacia da nossa Região Hidrográfica: Kátia Vallado comunicou que o Plano de Bacia está em andamento e será encaminhado para finalização. Havia pendências relacionadas à região do CLIP, mas os membros Paulo Bidegain, Carlos Jamel e Alexandre Braga trabalharam nesse tema e elaboraram um texto para inclusão. Carlos Jamel afirmou que o Plano de Bacias é um documento extenso e ressaltou a importância da leitura por parte dos membros interessados. Ele mencionou que foram feitas pequenas inserções após uma leitura inicial rápida e que fará alguns comentários adicionais, convidando os presentes a realizarem seus próprios apontamentos, se necessário. Em seguida, explicou que o Plano de Recursos Hídricos é um dos instrumentos de planejamento previstos na Política Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos, destinado a orientar a execução da política de recursos hídricos no território da bacia hidrográfica. O plano deve incluir diagnósticos dos recursos hídricos, previsão futura da bacia hidrográfica e o plano de ações. É dentro do plano de ações que estão sendo feitas as proposições. O Produto 7 prevê o relatório da proposta de ações, intervenções, programa de investimentos e roteiro de implementação do plano. Esse documento, especificamente, é uma atualização e complementação do plano que foi elaborado no de 2021. No quadro "3.30 -Programas e Ações", no macroprograma "3. Compatibilização do Balanço Hídrico, no tópico "3.1 Saneamento" possui alguns programas com ações previstas, o primeiro programa é "3.1.1 Melhoria de gestão de resíduos sólidos" e a proposição é que seja adicionado um item a mais Subcomitê Lagunar Itaipu Piratininga - CLIP



81

82

83 84

85 86

87

88 89

90 91

92

93

94

95

96

97 98

99

100

101

102103

104105

106

107

108

109

110

111112

113

114

115116

117118

119

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ — CBH-BG



o item 3.1.1.e, além dos 4 já existentes. Com a seguinte proposição, na página 93, "Como medida auxiliar deverão ser implantadas eco barreiras em todos os afluentes que desembocam na Baía de Guanabara e lagoas, por empresas contratadas para a prestação desses serviços, incluindo articulação com a companhia de limpeza urbana municipal", a ação especificamente será "3.1.1.e – Implantar e operar eco barreiras em todos os afluentes à Baía de Guanabara e lagoas costeiras" os indicadores e metas ficará "Redução da carga de lixo aportado na Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares através da implementação de 85 eco barreiras, iniciando sua implementação pelos Sistemas Lagunares." O total de afluentes e corpos hídricos costeiros na Baía de Guanabara é de aproximadamente 85, esse número pode ser revisto, mas é importante ter um número, pois, se há indicadores e metas tem de possuir o quantitativo. A possibilidade de recurso tem de ser ajustada. Felipe Queiroz sugeriu, na página 93, em que são mencionadas empresas, no corpo do texto, que sejam inseridas também instituições sem fins lucrativos, haja vista que mencionar somente as empresas limitará a ação. Paulo Bidegain sugeriu que fosse substituído, também na página 93, "companhia de limpeza urbana" para "órgão municipal de gestão de resíduos sólidos", já que, não são todos os municípios que possuem companhias de limpeza urbana. Halphy Rodrigues, em contribuição com o que foi sugerido pelo Felipe Queiroz, indicou que a palavra "empresas" pode ser substituída por "organizações governamentais, não governamentais e privadas". Após as sugestões serem aplicadas, Carlos Jamel prosseguiu com sua apresentação, o segundo programa é o "3.1.2 -Ampliação e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Abastecimento de Água" na página 100 – Ação 3.1.2, apresentou como proposição o acréscimo de "...com definição de tecnologias de reuso da água e aproveitamento do lodo." no corpo do texto. Na página 104, na Ação 3.1.2.b, propôs o acréscimo de "..., bem como a realização de auditorias ambientais nos termos da Lei Estadual 1898 de 26/12/1991." No Programa 4.3 – Infraestrutura Verde, na página 152 - Ação 4.3.c, o acréscimo de "..., em especial as que protegem mananciais de abastecimento e as que delimitam áreas de risco associadas à ocupação de planícies de inundação e solos hidromórficos". Informou que esse é o caso do Sistema Lagunar de Itaipu-Piratininga e outras áreas. São áreas especiais que deveriam estar protegidas e demarcadas nas Faixas Marginais de Proteção. Em suma, esses foram os tópicos discutidos. Colocou-se à disposição para sanar as dúvidas. Com a catástrofe que ocorreu no Sul do país, obviamente foi uma precipitação que não estava prevista, e o que contribuiu ainda mais foi o terreno se encontrar destruído, por conta de um afrouxamento da legislação e a falta de investimento na manutenção das comportas e na estrutura de defesa dos muros. Então, se no Plano de Bacias não for alertado para esse tipo de situação, não terá serventia. Salientou que os membros devem fazer uma harmonização de propostas para o Comitê. Poderá ser realizado um aditivo, a fim de gerar um mapa para toda a região hidrográfica, que identifica quais são as áreas suscetíveis de inundação. Informou que existe um deputado, que propôs uma lei para acabar com uma área inundada, na APA do Alto Iguaçu, os mesmos erros cometidos no Rio Grande do Sul, é observado em várias áreas do território. Halphy Rodrigues concordou com o Paulo de tentar gerar o mapa, junto ao plano e caso não seja possível, que seja colocado como condição Subcomitê Lagunar Itaipu Piratininga - CLIP



121

122

123 124

125

126

127

128

129

130 131

132

133

134

135

136

137

138

139 140

141

142143

144 145

146

147

148

149

150

151152

153

154

155156

157158

159

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ — CBH-BG



indispensável. Paulo Bidegain informou que em conversa com o grupo do CLIP, o mais urgente é produzir esse mapa das áreas sujeitas a inundação, no cenário otimista e pessimista até o ano 2050. Consultar as leis de uso do solo e zoneamento e os planos diretores que estão orientando a ocupação desses lugares e qual o tipo de ocupação. Salientou que o Comitê tem de ocupar esse espaço, já que o Governo do Estado irá agir nesse tipo de situação. O Governo não irá discutir sobre Lei de uso do solo nos municípios, essa é uma função do comitê, convocar os responsáveis e revisar todas as leis de uso do solo onde elas orientaram a ocupação de área úmida. Gustavo Sardenberg relembrou o caso do tolueno, das chuvas intensas ocorrida no período da semana Santa onde os diques extravasaram e até o momento não foi descoberta a fonte de contaminação. Daniel Berredo comentou sobre a proposta de retirar os terrenos e ocupar a área que vai sofrer com o aumento do nível do mar, ou seja, já é uma área que será "perdida" e querem liberar para uso. Declarou que essa situação é um desastre anunciado. Outro questionamento é se no Plano de Bacias possui alguma informação sobre desembarque pesqueiro continental, pois até então não possui essa informação, e seria interessante abordar esse assunto. Alexandre Braga parabenizou o Carlos Jamel por sua apresentação e declarou ser muito importante esse debate de encaminhamentos para o plano de bacia, pois neste tipo de documento não pode ser apenas sugerido mais projetos. Os dados históricos centenários de inundação de pluviometria já estão totalmente defasados. Estamos diante de mudança climática que é irreversível. Diante de Plano de Bacia, foram sugeridos estudos para verificar a possibilidade de inundação com dados históricos. O Plano de Bacia deve sair do CLIP com um encaminhamento muito claro, pois não é para se fazer um estudo que levará 5 anos para verificar onde serão realizadas as inundações e o CLIP já possui essa informação. O Plano de Bacia deve ser propositivo e não para criar mais estudos. Ricardo Voivodic, informou que a Fundação Instituição de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ tem um trabalho muito interessante de estatística de desembarque, no ambiente marinho porém, não abrange aos rios. Após discussões os membros concordaram com a inserção do mapa de inundações no Plano de Bacia. 5) Proposta para a realização de oficina para atualização da Estratégia do CLIP: Amanda Jevaux informou que a demanda surgiu em dezembro de 2022, a última oficina ocorreu há 9 anos atrás. Convidar os interessados para uma conversa e ir entendendo como o sistema lagunar foi se transformando ao longo desses 9 anos. Há demandas novas, inusitadas e também as demandas que estão sendo reprimidas há 9 anos. Amanda Jevaux informou que se colocou à disposição da Katia para ajudar a liderar a oficina, a ideia é que, se for aprovada, já sair da reunião com a data marcada com pelo menos um mês de referência. Será um dia inteiro de evento, considerando o primeiro documento produzido há 9 anos, com base nele. pegando subsídios nos GTs que estão em andamento. Mensalmente até a data da oficina, seria trago esses repasses para alinhamento e fazer desse momento uma estratégia importante para o avanço do CLIP. Katia Vallado questionou aos membros sobre a aprovação da oficina. Amanda Jevaux sugeriu como data para a oficina o mês de agosto, mais tardar na primeira semana de setembro. Caso aprovado será criado um grupo de trabalho. Carlos Jamel elogiou a iniciativa e concordou com as sugestões anteriores e se propôs a participar do grupo de Subcomitê Lagunar Itaipu Piratininga - CLIP



161

162

163

164 165

166167

168

169

170

171172

173

174175

176

177

178179

180

181

182

183

184 185

186

187

188

189

190

191 192

193

194

195 196

197198

199

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ — CBH-BG



trabalho. Entre discussões sobre o tema, os membros aprovaram a realização da oficina para atualização da estratégia do CLIP. 6) Aprovação de ofício elaborado pelo GT do CANAL de Itaipu, a ser encaminhado ao Comitê Baia da Guanabara, referente ao texto constante no Edital de Licitação da Obra: Carlos Jamel informou que em outra reunião fez a apresentação do parecer, nesta reunião, falará sobre os encaminhamentos que serão colocados em formato de ofício para ser enviados as autoridades competentes. Sobre esse tema Ricardo Voivodic deu o seguinte informe, passou pela Procuradoria do INEA uma avaliação sobre o licenciamento do Canal. Foi entendido pela Procuradoria do INEA, que essa obra deve ser licenciada pelo INEA, a Diretoria de Biodiversidade fez um ofício para o Prefeito, Secretário de Obras e Secretário do Meio Ambiente informando-os. Salientou que o ofício ainda não foi respondido. Carlos Jamel destacou que essa mudança irá refletir no cronograma estabelecido pela Prefeitura. Quanto ao parecer, Carlos Jamel informou que o foi apresentado na reunião presencial que ocorreu na associação de arquitetos e engenheiros em Itacoatiara. O parecer contextualizava a evolução das Lagoas. Apresentou fotos do Canal de Itaipu em diferentes datas desde a abertura do canal. Gilberto Tavares destacou que, através das fotos, prova que o banco de areia não está se movimentando para dentro da lagoa, outra prova que não está explicita, pois, as fotos não evidenciam a transparência da água, e que existe uma cava de 6 metros de profundidade. Essa cava foi de onde a areia foi tirada para fazer o aterro do empreendimento da VPLAN, essa cava existe até hoje e inclusive existe um desnível. Carlos Jamel informou que existe a proposta de recuperação dos molhes de pedra, visando a recuperação do comprimento original. O comprimento apresentado nas imagens está muito diminuído, grande parte do molhe de pedras está afundado. Os membros comentaram sobre o Canal de Itaipu e decidiram acrescentar a seguinte recomendação no texto "Recomenda-se a utilização das pedras deixadas do lado de Camboinhas como parte da obra, a fim de recompor o passivo da obra original, com possível economia de material na nova obra". Após discussões, os membros decidiram que Ricardo Voivodic entrará em contato com a RESEX para agendar uma reunião extraordinária juntamente com o Subcomitê CLIP. O objetivo é reunir manifestações para eventual inclusão em recomendações conjuntas do CLIP com a RESEX. Ricardo Voivodic sugeriu que essa reunião fosse inicialmente realizada entre a equipe técnica do CLIP e a administração da RESEX, sendo posteriormente levada aos pescadores. Outra sugestão dos membros é a remoção da citação nominal do Prof. Gilberto Dias. A proposta de encaminhamento é enviar um pedido ao CBH-BG solicitando que encaminhem essa sugestão à Prefeitura e ou ao projetista. Encaminhamento aprovado por todos. 7) Auditoria Ambiental da Performance da Infraestrutura e Servico de esgotamento sanitário: Paulo Bidegain comunicou que tem proposto essa sugestão há cerca de cinco ou seis anos, devido à ausência de informações. O objetivo é que os membros do CLIP conheçam a infraestrutura existente, como ela opera, e se essa infraestrutura é capaz de tratar todo o esgoto produzido. Isso inclui verificar se a capacidade instalada das estações está adequada à quantidade de pessoas que residem na área da bacia hidrográfica e à produção de esgoto. Há um grande desencontro de informações devido à ausência de um relatório anual de regulação, prática comum em outros Subcomitê Lagunar Itaipu Piratininga - CLIP



201

202

203204

205

206

207208

209

210211

212

213

214

215

216

217218

219220

221

222

223

224

225

226

227

228229

230

231232

233

234

235236

237

238

239

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ — CBH-BG



estados. Na falta desse relatório, a única maneira de proceder, conforme feito no Comitê de Macaé em situação semelhante, seria contratar um consultor para realizar essa auditoria e apresentar ao comitê um parecer sobre a situação, o consultor ajudará a definir um termo de referência. Paulo Bidegain salientou que já se passaram 25 anos de concessão e ainda há uma carga significativa de esgoto na lagoa. Paulo Bidegain lamentou que a maioria dos membros não tenha visto os resultados apresentados pela Prefeitura juntamente com a UFF. A biodiversidade de peixes na lagoa diminuiu consideravelmente, essa avaliação precisa ser feita. Para a auditoria ambiental, existe uma lei específica que regulamenta essa atividade. Por fim, defendeu a necessidade de uma auditoria ambiental para esclarecer as dúvidas frequentes. Ao acessar o site da Águas de Niterói, as informações sobre seus serviços são escassas. Este problema não se limita apenas à Águas de Niterói, sendo generalizado entre as empresas no Rio de Janeiro. Essa sugestão só será viável se a AGEVAP possuir recursos financeiros para contratação; caso contrário, não será possível realizá-la. Ricardo Voivodic questionou qual seria o encaminhamento sugerido por Paulo Bidegain. O encaminhamento proposto será solicitar ao Comitê que financie uma auditoria ambiental do funcionamento da infraestrutura dos serviços de esgotamento sanitário, a fim de obter essas informações. Halphy Rodrigues declarou concordar com o repasse transparente de informações, enfatizando a necessidade de avaliar os resultados. Acrescentou que a Águas de Niterói envia mensalmente diversos documentos para órgãos, inclusive, órgãos que fazem parte da plenária do CLIP. A título de informação, mencionou que a Águas de Niterói possui condicionantes nas licenças de Camboinhas e Itaipu que as obrigam a realizar auditoria ambiental conforme a Diretriz 56 do INEA. Essa auditoria avalia os sistemas coletor e de tratamento. Existem relatórios protocolados que foram publicados em jornais de grande circulação e no Diário Oficial. Atualmente, a Águas de Niterói está passando, novamente, por uma auditoria que avalia todo o sistema. O diagnóstico de saneamento básico, embora tenha destacado a importância de questões como drenagem pluvial e resíduos sólidos, resultou em um plano muito extenso e abrangente, mas há muita informação valiosa nele, como as vazões de tratamento, a média de remoção de DBO e DQO, e a eficiência das estações, entre outras coisas. Declarou que o CLIP possui muitos documentos para avaliar e realmente precisa de alguém para revisar e fazer o diagnóstico, verificando o que pode ser feito. Contratar alguém para revisar e avaliar esses documentos é válido, mas preparar um novo relatório adicional não é necessário, dado que já existem tantos documentos disponíveis, esses documentos são apresentados mensalmente aos órgãos, os quais fazem suas ponderações com base no que é apresentado. Sobre a questão do site, informou que já levou essa questão dos dados apresentados no site para discussão e recebeu retorno da comunicação social. Foi informado que o site utiliza a linguagem mais acessível possível, pois é destinado ao uso de toda a população. Em relação aos relatórios que são muito técnicos e com grande quantidade de informações, já possui o protocolo desses documentos e dessas informações que acontecem junto aos órgãos competentes. Declarou ser de suma importância inserir no plano de bacias a sugestão levantada pelo Jamel sobre o reforço das auditorias ambientais. Essa questão também precisa Subcomitê Lagunar Itaipu Piratininga - CLIP



241

242

243244

245

246

247

248249

250251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264 265

266

267

268

269270

271272

273

274

275276

277278

279

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ — CBH-BG



ser incluída na renovação do planejamento estratégico. Ele irá retornar com a questão do site para saber o que pode ser feito e para lançar mais informações no site. Paulo Bidegain informou que há um excesso de informações, mas observou que esse excesso não tem gerado melhorias. A auditoria será capaz de identificar as razões pelas quais o sistema não está funcionando adequadamente. Enquanto a Águas de Niterói apresentou um desempenho excelente no sistema de abastecimento de água, o sistema de esgotamento sanitário não está funcionando conforme necessário. Não é preciso ser especialista para perceber isso, basta observar os rios e lagoas. A tecnologia utilizada para o esgotamento sanitário não é a mais adequada e uma auditoria será necessária para investigar os motivos pelos quais não está funcionando corretamente. Katia Medeiros declarou ter achado interessante a ideia, porém destacou que ela ainda precisa amadurecer e requer um termo de referência muito bem estudado. A auditoria poderá auxiliar tanto o município quanto a própria Águas de Niterói nesse processo. Carlos Jamel declarou apoio ao encaminhamento para dar seguimento à questão da auditoria, seja na forma de consultoria ou mesmo auditoria, conforme for mais vantajoso para o CLIP. Considerando que já há muita informação produzida, o primeiro passo será compilar e estruturar essas informações com o objetivo claro de buscar melhorias no sistema, de modo que essas melhorias reflitam nos corpos hídricos receptores. Halphy Rodrigues comentou sobre a fala de Paulo Bidegain, mencionando que as estruturas atuais não estão sendo suficientes. Ele informou que a Águas de Niterói possui redes coletoras e sistemas de tratamento terciário. Segundo ele, não é viável coletar água pluvial misturada com esgoto para tratamento, devido o limite de vazão, especialmente durante chuvas. Por isso, só é possível captá-las em períodos de tempo seco. Comunicou que recentemente recebeu do Ministério Público Criminal uma lista com vários imóveis, onde o INEA e a Secretaria de Meio Ambiente já fizeram mais de três visitas, onde inclusive os proprietários que já foram multados, mas ainda não realizaram a ligação de esgoto. Esses imóveis continuam lançando esgoto no sistema lagunar e na Baía de Guanabara. Luiz Heckmaier questionou ao Halphy se na auditoria feita nas estações, foram consideradas as redes de esgoto e elevatórias. Halphy Rodrigues respondeu que sim, as redes de esgoto, sistema coletor e elevatórias foram consideradas na auditoria. Luiz Heckmaier declarou que acusa-se muito os moradores que não realizam a ligação à rede de esgoto, porém, o número de residências não conectadas deve ser pequeno em relação ao total. A poluição observada e mencionada várias vezes em reuniões representa um volume muito alto que chega às lagoas, indicando que algo não está funcionando corretamente. Possivelmente, ocorrem paradas de emergência na rede. Halphy Rodrigues, sobre a questão dos vazamentos, esclareceu que quando solicitado, ele envia como resposta o resultado do reparo. De 90 a 93% dos vazamentos são de águas pluviais durante períodos de chuva, ou seja, estão lançando água pluvial, gordura e muito lixo. Foi encontrado até feto humano nas redes coletoras de esgoto, e a Águas de Niterói não tem como lidar com essa situação. O problema é bastante complexo e requer o somatório de esforços para tentar resolvê-lo. 8) Informes Gerais: Halphy Rodrigues informou que é necessário indicar um membro de cada segmento de atuação para compor a comissão eleitoral do Comitê Baía de Subcomitê Lagunar Itaipu Piratininga - CLIP



281

282

283

284

285286

287

288

310

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ — CBH-BG



Guanabara. Gustavo Sardenberg deu um informe sobre a oficina de Educação Ambiental que está sendo organizada pelo INEA para integrar o Plano de Educação Ambiental, agendada para os dias 16 e 17 de junho. Katia Vallado Informou que Marta se colocou à disposição para representar o CLIP na oficina. Ricardo Voivodic sugeriu como ponto de pauta para a próxima reunião uma apresentação explicando como foi construído o documento "Estratégia de Lançamentos do Lixo no Mar". Por fim, como encaminhamento do item 7 da pauta, os membros sugeriram "solicitar à AGEVAP que destine recursos para a contratação de consultoria para a elaboração do termo de referência para futura auditoria. Os membros aprovaram o encaminhamento. Entre assuntos gerais, a reunião foi encerrada às 18h, eu, Maria Clara Pimentel da Silva, transcrevi esta ata e dou fé.

289	Pimentel da Silva, transcrevi esta ata e dou fé.
290	Niterói, 04 de junho de 2024.
291	
292	
293	Katia Vallado
294	Ricardo Voivodic
295	Gustavo Sardenberg
296	Coordenação Colegiada CLIP
297	
298	
299	
300	
301	Encaminhamentos:
302	1. Revisar ATAS e enviar para apreciação - Item 1 de pauta; (Secretaria Executiva)
303	2. Convidar Professora Miriam e Professor Gilberto para falar sobre as metas para redução do
304	esgoto não tratado - I tem 3 de pauta; (sugestão do Paulo Bidegain) (Secretaria Executiva)
305	3. A proposta da oficina foi aprovada - Item 5 de pauta; (Deliberação)
306	4. A ser encaminhado ao Comitê Baia de Guanabara, referente ao texto constante no Edital de
307	Licitação da Obra – Item 6 de pauta (Ricardo Voivodic).
308	Presença:
309	Poder Público:

Subcomitê Lagunar Itaipu Piratininga – CLIP
Colégio Salesiano, Rua Santa Rosa, 207, Santa Rosa, Niterói, CEP 24240-225

Daniel Berredo (Conselho Regional de Biologia da 2a Região RJ/ES - CRBio); Luiz Heckmaier

Mail: clip.cbg@gmail.com Tel 9 9927 0673 Facebook: Clip Niteroi



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ — CBH-BG



- 311 e Amanda Jevaux (Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Niterói); Ricardo
- Voivodic (Parque Estadual da Serra da Tiririca INEA); Vinícius Moço (Companhia de Limpeza
- 313 Urbana de Niterói); Silvia Carvalho (Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e
- 314 Sustentabilidade SMARHS);
- 315 Usuários de Recursos Hídricos:
- 316 Halphy Rodrigues (Águas de Niterói); Carlos Jamel (Associação de Windsurf de Niterói -
- 317 AWN/Windnit) e Gustavo Sardenberg (Piratininga Surfe Clube PSC).
- 318 Sociedade Civil:
- 319 Katia Vallado (Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói CCRON); Felipe Queiroz
- 320 (Instituto Floresta Darcy Ribeiro AMADARCY) e Edson Brito de Lima (AMAFREI)
- 321 Convidados:
- 322 Sonia Menezes; Lúcia Maria (UFF); Gilberto Tavares e Katia Medeiros (Coletivo Lagoa para
- 323 Sempre)